



Número: **0807847-70.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **05/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.687,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**



Justiça gratuita? **SIM**


Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**



Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX (AUTOR)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24171 749	05/09/2019 15:30	Petição Inicial	Petição Inicial
24171 754	05/09/2019 15:30	JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX - GuiaCustas	Documento de Comprovação
24171 756	05/09/2019 15:30	JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX - INICIAL	Documento de Comprovação
24171 758	05/09/2019 15:30	JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX	Documento de Comprovação
24298 174	13/09/2019 13:13	Despacho	Despacho

ANEXOS



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.3.19.25443/01
			Data de emissão: 05/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.625443 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 101,16 Promovente: JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FÉLIX - Taxa Judiciária: R\$ 50,58 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 153,09
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000019 530909283182 520190930203 031925443017 			Valor final: R\$ 153,09

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.3.19.25443/01
			Data de emissão: 05/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.625443 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Promovente: JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FÉLIX Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 153,09
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 153,09

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.3.19.25443/01
			Data de emissão: 05/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.625443 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 101,16 Promovente: JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FÉLIX - Taxa Judiciária: R\$ 50,58 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 153,09
			Desconto total: R\$ 0,00
866300000019 530909283182 520190930203 031925443017 			Valor final: R\$ 153,09





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.625443

Data Vencimento: 30/09/2019

Data Emissão: 05/09/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FÉLIX

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Valor da Causa: R\$ 1.687,50

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 101,16

Taxa: R\$ 50,58

Total da Guia: R\$ 151,74

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____VARA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FÉLIX, brasileiro, solteiro, Profissão: Pedreiro, inscrito no RG sob o nº 1707878 SSP/RN e CPF de nº 032.318.674-28, residente e domiciliado na rua Diogenes Gomes Da Silva, SN QD 228 LT 16, Mangabeira, João Pessoa/PB, Cep: 58000-000, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **10/01/2019**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **fratura do rádio distal esquerdo, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 1.687,50 em 26/07/2019, conforme documentação acostada.

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:



“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.687,50.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 23 de agosto de 2019.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295

HENDRIX FÉLIX DE ARAÚJO
ESTAGIÁRIO



QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858



Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Será Odair do Nascimento Felix TELEFONE 98718-5282
98689-9570

ESTADO CIVIL solteiro PROFISSÃO pedreiro

CPF 032.318.674-28 RG 1707878 ENDEREÇO R. Wiegner
gomes da Silva, Mangabeira

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 23 de agosto de 2019

(OUTORGANTE) X José Odair do Nascimento





1.707.878 2ª Via 12.09.2004
José Odair do Nascimento Felix
Pedro José Felix
Francisca Cassiano do Nascimento
Serrinha RN 07.03.1974
C/Nas.5.402 fls. 136v Lv.A-9 Do
Cart. de Serrinha RN
Assinado: *[Signature]*

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
Nome
JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX
Nº de inscrição
032318674-28
Data do Nascimento
07/03/74





EDVAL ALMEIDA DE SOUZA
RUA JOSEFA GOMES DA SILVA, S/Nº, CD 222 LT 16 - MANGABEIRA
JOÃO PESSOA/PB CEP: 58000-000 (MAG-1)

LOCAL MONOFÁSICO
Cidade RES. ATL. B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDADA
Referência Mar / 2019
Medidor 00009100873
Emissão 07/03/2019

ENERSISA ENERGIA S.A.
Energia S.A. - Distribuidora de Energia S.A.
Km 220, Km 25 - Centro Pácul - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
CNPJ 09.096.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Cód. para Dth Automático: 0000232993
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 021.367.621

Período	07/03/2019	05/04/2019
Mat / 2019		
Consumo	690,870	244,87

ATENÇÃO - RESCISÃO CONTRATO 2019
Devido a alteração de sua categoria de 19/10/2018 para 2019, a empresa deve cancelar o contrato de 19/10/2018 e emitir um novo contrato de 2019. A partir da rescisão, o contrato de 19/10/2018 não será mais válido. A empresa deve cancelar o contrato de 19/10/2018 e emitir um novo contrato de 2019. A partir da rescisão, o contrato de 19/10/2018 não será mais válido.

Descrição	Quantidade	Valor	Valor Baseado em	Valor Baseado em
Consumo - 101 a 220 kWh/BF	38,000	0,789420	26,61	26,61
Consumo - 221 a 330 kWh/BF	34,50	0,442950	34,50	34,50
Consumo - 331 a 440 kWh/BF	2,00	0,287540	0,62	0,62
Consumo - 441 a 550 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 551 a 660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 661 a 770 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 771 a 880 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 881 a 990 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 991 a 1100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1101 a 1220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1221 a 1340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1341 a 1460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1461 a 1580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1581 a 1700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1701 a 1820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1821 a 1940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 1941 a 2060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2061 a 2180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2181 a 2300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2301 a 2420 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2421 a 2540 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2541 a 2660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2661 a 2780 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2781 a 2900 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 2901 a 3020 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3021 a 3140 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3141 a 3260 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3261 a 3380 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3381 a 3500 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3501 a 3620 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3621 a 3740 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3741 a 3860 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3861 a 3980 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 3981 a 4100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4101 a 4220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4221 a 4340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4341 a 4460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4461 a 4580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4581 a 4700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4701 a 4820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4821 a 4940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 4941 a 5060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5061 a 5180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5181 a 5300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5301 a 5420 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5421 a 5540 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5541 a 5660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5661 a 5780 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5781 a 5900 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 5901 a 6020 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6021 a 6140 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6141 a 6260 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6261 a 6380 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6381 a 6500 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6501 a 6620 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6621 a 6740 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6741 a 6860 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6861 a 6980 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 6981 a 7100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7101 a 7220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7221 a 7340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7341 a 7460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7461 a 7580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7581 a 7700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7701 a 7820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7821 a 7940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 7941 a 8060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8061 a 8180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8181 a 8300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8301 a 8420 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8421 a 8540 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8541 a 8660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8661 a 8780 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8781 a 8900 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 8901 a 9020 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9021 a 9140 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9141 a 9260 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9261 a 9380 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9381 a 9500 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9501 a 9620 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9621 a 9740 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9741 a 9860 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9861 a 9980 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 9981 a 10100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10101 a 10220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10221 a 10340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10341 a 10460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10461 a 10580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10581 a 10700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10701 a 10820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10821 a 10940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 10941 a 11060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11061 a 11180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11181 a 11300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11301 a 11420 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11421 a 11540 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11541 a 11660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11661 a 11780 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11781 a 11900 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 11901 a 12020 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12021 a 12140 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12141 a 12260 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12261 a 12380 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12381 a 12500 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12501 a 12620 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12621 a 12740 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12741 a 12860 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12861 a 12980 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 12981 a 13100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13101 a 13220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13221 a 13340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13341 a 13460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13461 a 13580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13581 a 13700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13701 a 13820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13821 a 13940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 13941 a 14060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14061 a 14180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14181 a 14300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14301 a 14420 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14421 a 14540 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14541 a 14660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14661 a 14780 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14781 a 14900 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 14901 a 15020 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15021 a 15140 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15141 a 15260 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15261 a 15380 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15381 a 15500 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15501 a 15620 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15621 a 15740 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15741 a 15860 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15861 a 15980 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 15981 a 16100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16101 a 16220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16221 a 16340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16341 a 16460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16461 a 16580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16581 a 16700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16701 a 16820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16821 a 16940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 16941 a 17060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17061 a 17180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17181 a 17300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17301 a 17420 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17421 a 17540 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17541 a 17660 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17661 a 17780 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17781 a 17900 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 17901 a 18020 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18021 a 18140 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18141 a 18260 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18261 a 18380 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18381 a 18500 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18501 a 18620 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18621 a 18740 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18741 a 18860 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18861 a 18980 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 18981 a 19100 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19101 a 19220 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19221 a 19340 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19341 a 19460 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19461 a 19580 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19581 a 19700 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19701 a 19820 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19821 a 19940 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 19941 a 20060 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 20061 a 20180 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 20181 a 20300 kWh/BF	0,00	0,000000	0,00	0,00
Consumo - 20301 a 2				



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 04752.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 04752.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:08 horas do dia 06 de maio de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Jose Odair do Nascimento Felix**, CPF nº 032.318.674-28, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Francisca Cassiano do Nascimento e Pedro Jose Felix, natural de Serrinha/RN, nascido(a) em 07/03/1974 (45 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Diogenes Gomes da Silva, Nº 325, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Cidade Verde, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98718-5282.

Dados do(s) Fatos:


Local: Rua Bacharel Jose de Oliveira Curchatuz, Bessa, João Pessoa/PB, bairro Bessa; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 10/01/19 17:15h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 2º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

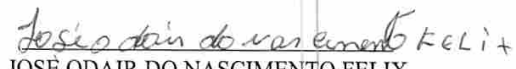
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NA TARDE DO DIA 10/01/2019, POR VOLTA DAS 17:15, ESTAVA GUIANDO UMA BICICLETA NA RUA BACHAREL JOSE DE OLIVEIRA CURCHATUZ, BESSA, NESTA CAPITAL, QUANDO UM VEICULO NÃO RESPEITOU A PLACA DE PARADA OBRIGATÓRIA, AVANÇOU O CRUZAMENTO E COLIDIU NA BICICLETA GUIADA POR ESTE NOTIFICANTE; QUE FOI SOCORRIDO POR PARTICULARES AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM CID S52.5, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. JOSE DE ALMEIDA BRAGA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 06 de maio de 2019.


JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FELIX

Noticiante

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.



PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Procedimento Policial: 04752.01.2019.1.00.401





CERTIDÃO

bug
Nº. 0773/2019

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº 196721 e prontuário 2019.01.001182 pertencentes ao paciente **JOSÉ ODAIR DO NASCIMENTO FÉLIX** que foi atendido dia 11/01/2019 às 15h04min, vítima de queda de bicicleta, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do punho (radio distal)esquerdo. Realizado procedimento cirúrgico no dia 23/01/2019 com alta médica no mesmo dia.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 21 de Maio de 2019


Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MEDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX
DATA DE NASCIMENTO	07/03/74
NOME DA MÃE	FRANCISCA CASSIANO DO NASCIMENTO

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.134.988
DATA DO ATENDIMENTO	10/01/19
HORA DO ATENDIMENTO	17:50
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ATROPELAMENTO
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO
CID 10	S52.5

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de atropelamento(sic), (colisão veículo x bicicleta), apresentando abrasões em hemiface direita e dor com deformidade em punho esquerdo. Glasgow 15. Presença de fratura de rádio distal esquerdo, com indicação de transferência para o Ortopedia de Mangabeira, conforme pactuação.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio
RX de punho esquerdo

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de rádio distal esquerdo.

TRATAMENTO:

Imobilização. Encaminhado para o Ortopedia de Mangabeira, conforme pactuação.

ALTA HOSPITALAR: 10/01/19
DATA DA EMISSÃO: 08/04/19

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a Seguradora Líder-DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190428159 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX

CPF/CNPJ: 03231867428


Posição em 25-07-2019 16:55:27

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/07/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

x José Odair do Nascimento Felix

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
17/07/2019	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/JJfSJMIamNfDt8p6XNWlhQ==/t2api_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd+EOLz5rzKW40RqhMa79zrg=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/segu-ro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)





1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0807847-70.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ODAIR DO NASCIMENTO FELIX

Advogados do(a) AUTOR: JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor informou exercer a profissão de pedreiro e não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 24171754) é de R\$ 153,09 (cento e cinquenta e três reais e nove centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente podem ser afastadas mediante prova inequívoca em contrário, o que inexistiu nos autos. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.



No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

No que pese entendimento anterior, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

